

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS PASSO FUNDO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ANAKELLY FRANCESCATTO

ANÁLISE DE INVESTIMENTO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

PASSO FUNDO

2014

ANAKELLY FRANCESCATTO

**ANÁLISE DE INVESTIMENTO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, campus de Passo Fundo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof.^a Ms. Amanda Guareschi

PASSO FUNDO

2014

ANAKELLY FRANCESCATTO

**ANÁLISE DE INVESTIMENTO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

Estágio Supervisionado aprovado em 13 de dezembro de 2014, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração no curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, campus de Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof.^a Ms. Amanda Guareschi
UPF – Orientadora

Prof. Ms. Jones Soares
UPF

Prof.^a Esp. Maria Helena Bueno
UPF

Dedico este trabalho a aquela que não mediu esforços para realizar o meu sonho e abriu mão dos seus por essa conquista. A mulher mais forte e guerreira que existe. Quem me dera nesta vida ser metade de tudo o que ela é. À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me concedido o direito a vida e por me proteger em toda a caminhada, sei que minha fé me deu forças para continuar.

A minha família, que é minha base e o motivo pelo qual luto todos os dias. Pelo apoio recebido, o amor em cada gesto, o respeito e a educação que aprendi em casa e por cada momento difícil que passamos e que juntos fomos capazes de superar.

Aos meus amigos e colegas, os verdadeiros que estiveram ao meu lado quando eu mais precisei e que permanecem até hoje, dividindo as tristezas e principalmente as alegrias.

E a todos os professores que de uma forma ou outra contribuíram e acrescentaram em minha vida ao longo desta jornada acadêmica, os meus sinceros agradecimentos e carinho.

A todos, muitíssimo obrigada.

“A vida é a soma de todas as suas escolhas.”

ALBERT CAMUS

RESUMO

FRANCESCATTO, Anakelly. **Análise de investimento para a concessão de crédito em uma instituição financeira.** Passo Fundo, 2014. 55f. Estágio Supervisionado (Curso de Administração). UPF, 2014.

Crédito é um conceito presente na vida das pessoas e das empresas mais do que se pode imaginar, pois as mesmas estão o tempo todo envolvidas nas questões de combinar seus recursos finitos com o conjunto de suas imaginações e necessidades infinitas. A presente pesquisa teve como objetivo a identificação da utilização dos métodos de avaliação de investimento nas análises de crédito e seus critérios para a concessão do mesmo em uma instituição financeira localizada no município de Ibiraiaras – RS. Os principais autores estudados sobre os temas, como Lapponi (2007) em avaliação de investimentos e Schrickel (1997) em análise de crédito, destacaram a importância em ambas as análises da utilização do máximo de informações possíveis sobre cada caso a ser debatido por uma organização. Para chegar ao resultado final, a pesquisa baseou-se nos métodos qualitativos sendo realizada de forma exploratória, através de uma entrevista com o responsável pelas análises na instituição, a fim de compreender e classificar os processos com um nível maior de profundidade e entendimento. A partir de então foi possível verificar que a instituição realiza suas análises em acordo com suas políticas de crédito, fazendo o uso de seu sistema interno junto às operações dos clientes e buscando as informações conforme apontam os C's do crédito. Em relação à avaliação de investimento, suas ferramentas não são utilizadas pelos mesmos e não são feitas solicitações de projetos de investimentos das empresas apesar do julgamento favorável a seu uso.

Palavras-chave: Análise de crédito. Avaliação de investimento. Instituição financeira.

LISTA DE FÓRMULAS

Fórmula 1 – Valor Presente Líquido (VPL).....	20
Fórmula 2 – Índice de Lucratividade.....	22
Fórmula 3 – Valor Presente.....	23

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Identificação e Justificativa do Problema.....	12
1.2	Objetivos.....	12
<i>1.2.1</i>	<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>13</i>
<i>1.2.2</i>	<i>Objetivos Específicos.....</i>	<i>13</i>
1.3	Organização do Estudo.....	13
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	14
2.1	Sistema Financeiro Nacional.....	14
2.2	Cooperativismo de crédito.....	16
2.3	Investimentos.....	18
<i>2.3.1</i>	<i>Métodos de Avaliação de Investimentos.....</i>	<i>20</i>
<i>2.3.1.1</i>	<i>Valor Presente Líquido (VPL).....</i>	<i>20</i>
<i>2.3.1.2</i>	<i>Taxa Interna de Retorno (TIR).....</i>	<i>21</i>
<i>2.3.1.3</i>	<i>Índice de Lucratividade.....</i>	<i>22</i>
<i>2.3.1.4</i>	<i>Payback Simples (PBS) e Payback Descontado (PBD).....</i>	<i>23</i>
2.4	Tipos de Projetos.....	24
<i>2.4.1</i>	<i>Projeto Financeiro.....</i>	<i>24</i>
<i>2.4.2</i>	<i>Projeto Intangível e Projeto Obrigatório.....</i>	<i>25</i>
<i>2.4.3</i>	<i>Projeto Estratégico e Projeto de Substituição.....</i>	<i>25</i>
<i>2.4.4</i>	<i>Projeto de Lançamento de Produto.....</i>	<i>26</i>
<i>2.4.5</i>	<i>Projeto de Expansão e Projeto de Modernização.....</i>	<i>26</i>
2.5	Análise de Crédito.....	27
<i>2.5.1</i>	<i>Técnicas de Análise: Subjetiva e Objetiva.....</i>	<i>29</i>
<i>2.5.2</i>	<i>C's do Crédito.....</i>	<i>30</i>
<i>2.5.3</i>	<i>O risco das análises.....</i>	<i>31</i>
3	METODOLOGIA.....	34
3.1	Delineamento da pesquisa.....	34
3.2	População e amostra.....	35
3.3	Plano de coleta dos dados.....	35

3.4	Análise dos dados.....	36
3.5	Variáveis.....	37
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4.1	Caracterização das instituições financeiras do município de Ibiraiaras – RS	38
4.2	Análise da entrevista.....	39
4.2.1	<i>Análise de crédito na instituição pesquisada.....</i>	40
4.2.2	<i>Análise de investimento para concessão de crédito na instituição.....</i>	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICE A.....	52
	APÊNDICE B.....	54

1 INTRODUÇÃO

Para dar início à exposição do tema é necessária a compreensão do contexto complexo em que estão inseridas as organizações nos últimos tempos. A crescente competitividade vem acarretando maiores desembolsos em investimentos e fazendo com que as empresas aperfeiçoem seus mecanismos e técnicas de identificação dos riscos envolvidos nas tomadas de decisões e avaliação quanto à escolha de investir ou não em um determinado projeto, porque uma decisão, embasada apenas em experiência prévia, não garante um bom resultado.

Todo produto ou serviço que será oferecido por uma organização parte de um investimento inicial para dar origem ao seu negócio. Essas decisões tomadas pelos gestores de inserção em um determinado mercado, aquisição de equipamentos, expansão de área ou abertura de filiais necessitam de investimentos que estabelecem riscos para as empresas, pois comprometem seu caixa devido aos altos valores aplicados ou, na maioria das vezes, financiados e levantam a questão de ser rentável ou não.

Conforme afirma Laponi (2007, p. 7), “a simples geração de lucro é uma condição necessária, mas não é suficiente, pois o lucro aceitável é o que agrega valor à empresa”. Na maioria das vezes os gerentes tomam a decisão baseados no que eles acreditam gerar mais lucratividade para a organização, mas é necessário aprender a detectar oportunidades de investimento que tenham mais valor do que custam para serem executadas.

A análise de investimentos nos proporciona técnicas e ferramentas capazes de avaliar e identificar se um determinado projeto será viável ou não, diminuindo os riscos, agregando valor e não maiores custos para os setores financeiros da empresa. Com a resposta em mãos o projeto pode ser financiado, sendo que para isso se faz necessário passar por uma análise de crédito em uma instituição financeira, que também pode se valer dessas informações para a avaliação de concessão ou não deste crédito.

Os setores responsáveis pela análise e liberação do crédito em uma instituição financeira têm como objetivo a identificação dos riscos presentes nas situações de

empréstimos evidenciando a capacidade de repagamento do tomador do crédito. Com o auxílio das ferramentas disponíveis, técnicas de intermediação entre os dados passados e informações futuras sobre a organização e seus métodos estatísticos, a instituição é capaz de antecipar situações de risco e identificar aqueles que poderão ocasionar os créditos problemas, acarretando na inadimplência das empresas. O que de fato fica evidenciado quanto à análise de crédito é o que afirma Schrickel (1997, p. 27), “que a decisão será tanto melhor, quanto melhores forem as informações disponíveis”.

Ainda de acordo com Schrickel (1997, p. 15), “a atividade de crédito é uma das mais importantes em uma instituição financeira, estando seu grau de fundamentação aliado as suas atividades mercadológicas e de intermediação de recursos”. O autor ressalta que a intermediação dos recursos de terceiros, capaz de promover a captação de riquezas e poupanças, canalizadas para o financiamento de atividades produtivas e rentáveis é a função de maior valor na instituição, atrelada a sua clássica prestação de serviço, a de emprestar dinheiro.

Introduzida nesta operação está o risco do crédito, que se faz presente em qualquer empréstimo, porém a análise tem o intuito de minimizá-lo para que seja aceito, o fato é que a maior incerteza quanto ao processo será a de não conhecer o tomador e que tipo de operação ele pretende fazer com os recursos, o maior número de informações possíveis da organização trará maiores garantias quanto ao recebimento e retorno do montante concedido. Assim, a análise dessas operações de concessão, quanto à análise de investimento vem a somar no processo de tomada de decisão e nas escolhas de aplicação do capital, contribuindo para o desenvolvimento em longo prazo das organizações.

A partir de então, apoiada nas fundamentações sobre as análises, a pesquisa focou em apresentar juntamente ao referencial teórico os métodos e os indicadores utilizados para a realização da análise de investimento, bem como demonstrar junto a uma instituição financeira, localizada em Ibiraiaras – RS, se há utilização da avaliação nos processos de análise para empréstimos e financiamentos e quais os critérios relevantes na decisão de aprovação ou não do crédito ao cliente.

1.1 Identificação e Justificativa do Problema

O problema de pesquisa que este trabalho busca responder é: Há utilização dos métodos de avaliação de investimento nas análises de crédito e quais os critérios para concessão ou não deste crédito em uma instituição financeira?

Embasada na crescente competitividade que ocorre entre as organizações e na elaboração de seus planos de ações para definir suas estratégias, as mesmas quando optam por colocá-las em prática, decidindo por investir em um determinado projeto, na maioria das vezes buscam boas fontes de financiamentos para que as ações saiam do papel e funcionem na prática, devido a isso as ferramentas de avaliação de investimento devem ser conhecidas e utilizadas pelas empresas antes da aprovação do projeto. Definido a sua rentabilidade, se o mesmo lhe trará lucros acima do esperado e se principalmente será capaz de cobrir o custo do capital, é possível buscar fontes de crédito, utilizando suas informações para a análise do mesmo.

Conhecer os critérios utilizados pela instituição para a aprovação ou não do financiamento torna o processo facilitado para as organizações. É relevante que as empresas antes mesmo de investir conheçam seu potencial para isso, a análise nada mais reflete do que a própria situação em que a empresa se encontra, e que muitas vezes a mesma não tem conhecimento.

Os investimentos estão cada vez mais presentes neste mercado tão acirrado, e para se manter na disputa ele se faz extremamente necessário, porém apenas as empresas que obtiverem o máximo de informações de si e da concorrência serão capazes de permanecer neste ambiente. A análise de investimento, assim como a análise de crédito possuem técnicas e métodos que possibilitam a antecipação e a previsão dos riscos, bem como a primeira é capaz de identificar se um projeto de aplicação de capital deve ser aceito ou não e a segunda se a concessão de determinado recurso será recuperado com a taxa de juros estabelecida, ou se esse será um crédito problema, ocasionando o não repagamento do montante cedido, o que mostra a importância de seus estudos de forma aprofundada.

1.2 Objetivos

A seguir são apresentados os objetivos traçados para o estudo e levados em consideração no decorrer da pesquisa, a fim de dar um encaminhamento para o processo de

identificação dos métodos e critérios relevantes nas análises de crédito, sendo eles objetivo geral e os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a utilização dos métodos de avaliação de investimento nas análises de crédito e quais são os critérios para concessão ou não deste crédito em uma instituição financeira.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Expor os métodos e as ferramentas utilizadas para a realização da avaliação de investimento;
- b) Analisar quais os critérios relevantes para a decisão de aprovação do crédito ao cliente;
- c) Identificar junto a instituição financeira a utilização dos métodos de avaliação de investimento nas decisões de liberação de crédito.

1.3 Organização do Estudo

Com o intuito de uma melhor compreensão do tema e para que sua exposição fosse realizada de forma clara e objetiva, este trabalho dividiu-se em cinco capítulos complementados por seus itens e subitens de acordo com o que foi proposto em cada um.

O primeiro capítulo refere-se à apresentação do tema, juntamente a seus objetivos, geral e específicos. O segundo apresenta a fundamentação teórica, conceitos, métodos e opiniões dos principais autores da área. Em seguida, no terceiro capítulo consta a exposição da metodologia da pesquisa, como se dará a coleta, a população pesquisada e suas análises.

No quarto capítulo é demonstrada e explicada à análise dos dados pesquisados, seus resultados e suas caracterizações mais importantes. E por fim, no quinto são apresentadas as considerações finais, sendo colocadas conclusões e recomendações para trabalhos futuros.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O capítulo a ser apresentado tem o objetivo de expor e relacionar as teorias existentes sobre a análise de investimento no seu contexto geral, evidenciando seus métodos e técnicas, bem como integrar e associar os processos de análise de crédito, apresentando juntamente a eles o referencial teórico quanto aos critérios de concessão ou não de um crédito e o que determinam e citam os autores sobre estas variáveis.

Dessa forma o capítulo está subdividido em acordo com a evolução do tema até seu contexto principal. O início da exposição se dá nas origens do estudo, apresentando logo em seguida métodos, técnicas e conceitos sobre investimentos e suas ferramentas, até a chegada ao foco do trabalho, as análises de crédito.

2.1 Sistema Financeiro Nacional

O desenvolvimento econômico e financeiro das nações tem sua origem atrelada a criação da moeda, por meio da qual foi possível a realização de trocas e a partir de então sua contribuição para o nascimento do sistema financeiro e as operações que nele seriam realizadas se tornou fundamental.

De acordo com Galbraith (1997, p. 15 apud ANHAIA, 2006, p. 26), a existência da atividade bancária teve um papel importante nos tempos do Império Romano declinando na Idade Média, devido ao fato de que o comércio tornava-se cada vez mais difícil e a concessão de empréstimos entrava em choque com a objeção religiosa.

Ainda segundo Anhaia (2006, p. 26), o primeiro banco devidamente constituído e regularizado foi o Banco da China, em 1.050, depois surgiram o Banco de Veneza em 1.171 e o de Gênova em 1.408. Ao longo do tempo outros foram sendo constituídos, no Brasil seu sistema financeiro teve origem em 1.808 com a constituição do Banco do Brasil.

O sistema financeiro brasileiro passou por diversas reformas e transformações ao longo dos anos com o intuito de aperfeiçoar suas instituições financeiras, de certa forma o desenvolvimento da economia contribuiu para que as mesmas fossem se adaptando as oportunidades que surgiram no mercado.

Em 1964, o país passou por uma reforma que culminou na criação do Banco Central do Brasil, reforma esta impulsionada pelo objetivo da criação de um banco central, pois até o momento o país não o possuía, e para a concessão de maior autonomia em relação ao Governo Federal.

Barbosa (1995, p. 6) afirma que o sistema financeiro brasileiro foi novamente reestruturado no governo Castello Branco, passando por diversas mudanças e estabelecendo novas leis ao sistema, sendo elas, a Reforma Bancária (Lei Nº 4595 de 31/12/1964), a Reforma Habitacional (Lei Nº 4380 de 21/08/1964), e a Reforma do Sistema Financeiro e do Mercado de Capitais (Lei Nº 4728, de 14/07/1965). Estas reformas foram norteadas pela segmentação do mercado financeiro, através da especialização das funções das instituições financeiras.

Com a criação dos bancos múltiplos, pelo Conselho Monetário Nacional, ocorreu uma grande diminuição no número de instituições no país, devido ao processo de fusão que ocorreu no período dos primeiros anos da década de 70. No entanto a partir da Reforma Bancária de 1988, com a redução das barreiras à entrada ao mercado, houve um aumento no número de bancos no Brasil.

O Plano Real afetou o funcionamento dos bancos no Brasil, o que acarretou um aperto em suas margens de lucro líquido de forma generalizada, em meio a isso os bancos enfrentavam a entrada de bancos estrangeiros no mercado interno, como consequência, com o objetivo de responder a esse novo contexto, os mesmos procuravam diversificar seus negócios, elevando suas receitas não financeiras por meio de tarifas e comissões (VIEIRA; PEREIRA; PEREIRA, 2012, p. 10).

As reformas pelas quais passou o sistema financeiro brasileiro tiveram como propósito principal a criação de entidades para controlar, organizar e criar regras para o sistema, a fim de propiciar aos cidadãos maiores informações e incentivar os investimentos em títulos públicos e valores imobiliários de longo prazo que estavam decaindo com o tempo, pela falta de interesse dos mesmos em função de suas regras de difícil compreensão e a pouca informação disponível.

Essas reformas, segundo Vieira, Pereira e Pereira (2012, p. 5), serviram para constituir o atual sistema financeiro nacional, amparados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e

pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O BACEN, sendo um órgão normativo que regula e controla os diferentes mercados, exige dos bancos ações contra a exposição aos riscos de concessão de crédito, devendo os bancos adotar sistemas de análise do nível de risco de empresas tomadoras do crédito.

O Sistema Financeiro Nacional atualmente divide-se em Subsistema Normativo, que é composto pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e o Comitê de Política Monetária, este constituído pelo BACEN, órgãos públicos que regulam e controlam os mercados, e Subsistema de Intermediação, que são os Agentes Especiais, como Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e as demais instituições, bancos, sociedades e bolsas, órgãos públicos e privados que atuam nos mercados organizados.

Anhaia (2006, p. 32-33), destaca que com a reformulação realizada nos fundos mútuos de investimento, a atração da caderneta de poupança e a possibilidade de negociação de diversos títulos aliados aos atrativos de mercado, os investidores passaram a ter uma gama maior de possibilidades de investimentos e os tomadores diversas fontes de captação de recursos.

No ambiente financeiro e econômico em que se encontra uma organização surgem, a todo momento, novos produtos e serviços, suas oscilações variam com os avanços de cada sistema, suas mudanças e implementações de novas regras causam maiores interesses e incentivos ou desmotivam a aplicação de novos investidores, mas aonde investir e se esse trará rentabilidade é uma questão dos gestores das empresas, avaliando e identificando em suas análises de projetos qual será o melhor caminho a percorrer e qual lhe oferecerá um maior retorno em um função do risco.

2.2 Cooperativismo de Crédito

A contribuição das cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico do país é crescente, porém o interesse da população em um conhecimento avançado sobre as mesmas foi despertado através do reconhecimento dado pela ONU - Organização das Nações Unidas, declarando 2012 como o Ano Internacional do Cooperativismo, fato este originado da importância das cooperativas para as pessoas no mundo.

Segundo Koslovski (2012, s/p) hoje, mais do que nunca, o cooperativismo mostra que é possível promover transformações nas pessoas e na sociedade quando se põem na prática o

real significado de cooperação. Também tem como objetivo encorajar governos a estabelecerem leis e políticas que visem estimular o trabalho solidário como forma de melhor distribuir renda e valorizar as pessoas.

Com a expansão do cooperativismo no mundo foi aprovada a lei que determina o dia Internacional do Cooperativismo de Crédito, celebrado no mundo sempre na terceira quinta – feira do mês de outubro, com o intuito de recordar o empenho dos pioneiros e celebrar o crescimento e o sucesso deste setor.

Desde os pioneiros do cooperativismo de crédito em Rochdale, Inglaterra em 1844, a concepção do mesmo se baseia no conceito de cooperação mútua. As cooperativas em si são sociedades de pessoas que buscam prestar serviços financeiros exclusivos em benefício de todos os associados, que também são donos do negócio (MENEZES, 2014, s/p).

Ainda de acordo com Braga e Alberto (2011, p. 73), as cooperativas de crédito são sociedades de pessoas que proporcionam assistência financeira a seus cooperantes, e que funcionam mediante autorização e fiscalização do Banco Central, porque são equiparadas as demais instituições financeiras. Os autores afirmam também que o interesse das mesmas é a qualidade e o custo dos serviços prestados e não o lucro, sendo uma sociedade de pessoas e não de capital.

Sendo uma empresa com dupla natureza, pois contempla o lado econômico e social de seus associados, ela se difere pelos seus variados ramos, sendo estes: agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, mineral, produção e saúde. Baseada na estrutura, as cooperativas seguem sete princípios, os quais regem o cooperativismo (LEMOS ET AL. 2007, p. 1).

O primeiro princípio diz respeito à Adesão Voluntária e Livre, onde a cooperativa se encontra aberta a todos que estejam aptos a utilizar os seus serviços e assumir suas responsabilidades. Já o segundo refere-se à Participação Econômica dos Membros, todos contribuindo igualmente para a formação do capital. O terceiro é a Gestão Democrática dos Membros, sendo que os cooperados têm poder de decisão dentro da cooperativa de forma igualitária (LEMOS ET AL. 2007, p. 3).

Seguindo se observa no quarto princípio da Autonomia e Independência, a colocação da cooperativa como uma organização autônoma de ajuda mútua. O quinto destina ações e recursos para a Educação, Formação e Informação. No sexto princípio tem-se a Intercooperação, sendo importante o intercâmbio de informações, produtos e serviços. Já o sétimo e último princípio envolve o Interesse pela Comunidade, fazendo com que as mesmas

trabalhem para o bem-estar e desenvolvimento de suas comunidades (LEMOS ET AL. 2007, p. 3).

Partindo da exposição do maior objetivo de uma cooperativa, onde todos os associados lutam em prol de um único aspecto, tanto econômico quanto social, no momento que em que eles sentirem-se verdadeiros cooperados lutando por um bem em comum, mais altos patamares serão alcançados, devendo sempre ser íntegros aos seus princípios para a sua sobrevivência.

2.3 Investimentos

Conforme Damodaran (2005, p. 9), o objetivo em finanças corporativas é a maximização do valor da empresa, dessa forma é necessário que a relação entre as decisões financeiras, a estratégia corporativa e o valor da empresa estejam alinhados. Quando se pensa em valor de uma empresa deve-se associar diretamente às decisões por ela tomadas, em relação a que projetos empreende, como os financia e sua política de dividendos. A compreensão gerada a partir deste relacionamento é a chave para a tomada de decisões que adicionam valor e reestruturação financeira sensata.

A decisão de investir ou não em um ativo deve partir do pressuposto de que a empresa não deve buscar apenas a captação de valores positivos em um negócio, mas sim que este lhe traga retornos acima do esperado e que agregue valor à organização, não apenas financeiros, mas que no longo prazo faça com que a organização colha frutos a partir da decisão tomada.

De acordo com Falcini (1995, p. 16-17), existem algumas circunstâncias que obrigam a estimativa do valor de uma empresa ou a avaliação da compra de algum ativo. Entretanto para que seja estimado de forma correta, com a menor margem de erro possível é de fundamental importância a informação nos processos de análise. Alimentados com o maior nível e qualidade de informações relevantes sobre a empresa, suas políticas e decisões sobre investimentos, financiamentos e dividendos é possível ter uma melhor antecipação, com maior precisão sobre o valor econômico da empresa e suas ações.

Pode-se afirmar que decisões tomadas através de informações incorretas ou precipitadas ocasionarão perdas significativas para as empresas, porque mesmo que se faça uma boa e minuciosa avaliação, sempre haverá incertezas quanto aos números finais, mas as probabilidades da tomada de decisão correta são muito maiores do que se for baseada em erros.

Ainda segundo Damodaran (2005, p. 3), uma avaliação uma vez bem feita e bem pesquisada não é eterna. O valor que se obtêm de uma empresa a partir de um modelo de avaliação é afetado por informações específicas sobre a empresa e o mercado em que se encontra no momento da análise. Como consequência, o valor se modificará à medida que novas informações sejam reveladas, devido as diversas flutuações de mercado, dessa forma a empresa necessita atualizar sua avaliação para utilizar as informações coerentes ao momento.

De fato pesquisas e acompanhamento de mercado têm um grau de importância extremo para analisar qual investimento trará maiores retornos e ocasionará menores riscos. Não é correto basear-se apenas em informações passadas para projetar o futuro, dados anteriores são perigosos se estudados de forma separada, se faz necessário a comparação do passado com as projeções de mercado futuro para ocasionar a melhor opção.

Como toda decisão a ser tomada, o risco também faz parte do investimento. Buchanan e O'Connell (2006, p. 2), afirmam que o risco é parte indissolúvel de qualquer decisão e que na maioria das decisões que se toma diariamente este por sua vez é pequeno, já nas empresas as implicações podem ser enormes. Por isso a atenção voltada para as análises de investimentos, sua opção de investir ou não pode acarretar prejuízos gigantescos para as organizações e essa escolha não deve ser tomada com base na intuição, existem métodos para isso. Quem usa seus instintos para decidir pode ser admirado pela sua coragem na hora da escolha, mas não pela qualidade da decisão tomada.

Em resumo Laponi (2007, p. 10), diz que investir é comprometer dinheiro numa determinada data e por um determinado prazo durante o qual gerará um fluxo de retornos que servirá para compensar esse tempo que o dinheiro ficou comprometido, pela inflação gerada no período e pela incerteza desse retorno. Devido a isso a antecipação dos resultados, através da avaliação de investimentos, faz com que se obtenham respostas sobre os investimentos antes da tomada de decisão, informando os retornos ao longo do tempo e compensando a aplicação de capital por determinado período.

A avaliação antes da aplicação favorece as organizações diante das incertezas e flutuações de mercado, sempre existirá o risco em qualquer negócio, como em qualquer decisão a ser tomada, mas o domínio que pode ser exercido através de uma boa análise, com o maior número de informações do seu ambiente interno e externo, ocasionará a possibilidade de crescimento no longo prazo, com retornos acima da média e o maior controle de seus ativos para as projeções futuras e os novos investimentos, pois esse ciclo não termina em um único investimento bem feito, para a expansão e desenvolvimento são necessários novos

projetos e novas aplicações no decorrer do tempo, e até em pequenos espaços de tempo quando se fizer necessário.

2.3.1 Métodos de Avaliação de Investimentos

Para a estimativa da rentabilidade e os retornos de um investimento existem ferramentas e técnicas que podem ser utilizadas pelas organizações com o objetivo desta antecipação da tomada de decisão e uma maior eficiência quanto à aplicação ou não do capital em uma oportunidade de negócio, considerando riscos e incertezas do mercado. Algumas das principais ferramentas serão apresentadas a seguir.

2.3.1.1 Valor Presente Líquido (VPL)

O Valor Presente Líquido é a fórmula utilizada para calcular o valor presente de uma série de pagamentos futuros descontando uma taxa de custo de capital e o investimento inicial, ou seja, é a atualização dos valores futuros para os dias atuais.

Para que um projeto seja aceito é necessário que o resultado estimado pelo VPL seja maior que zero e entre vários projetos a decisão sobre o mais atrativo é o que estimar o maior VPL.

Faz-se necessário também a determinação da taxa requerida, ou taxa de custo de capital, que segundo Lapponi (2007, p. 456), é fundamentada no mercado de capitais e é definida pelo retorno oferecido por outros investimentos disponíveis com risco equivalente ao do projeto. Por exemplo, em um grupo de ativos ou oportunidades de mercado, com o mesmo nível de risco, aquele que oferecer o maior custo de capital será a taxa requerida do projeto, pois a escolha para que o retorno seja o mais alto possível será do que obtiver a maior taxa, levando em consideração o mesmo nível e igualdade de riscos de mercado.

Fórmula do VPL:

$$VPL = -I + \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1+k)^t} \quad \dots(1)$$

Onde, I significa o investimento inicial, FC_t o fluxo de caixa, t a representação dos anos durante o investimento e k a taxa de juros do investimento.

Através da fórmula é possível calcular se o investimento inicial será recuperado ao longo dos anos, ou seja, se o VPL será positivo para o projeto em questão, também para o cálculo é necessário a elaboração de um Fluxo de Caixa, apresentado no Quadro 1, a seguir.

Anos	FC	Anos	FC
0	- R\$ 600.000	4	R\$ 220.000
1	R\$ 120.000	5	R\$ 200.000
2	R\$ 150.000	6	R\$ 180.000
3	R\$ 200.000	7	R\$ 230.000

Quadro 1 – Exemplo de Fluxo de Caixa de um projeto
Fonte: Laponi (2007, p. 125).

O fluxo de caixa de um projeto contém o desembolso de capital inicial, sendo então a aplicação no investimento e seus retornos estabelecidos ao longo dos anos. Através dele pode-se calcular se o projeto trará retornos positivos e se devemos investir ou não, juntamente a taxa do custo de capital, verificando sua rentabilidade e se o mesmo obterá lucros com o passar do tempo. O retorno não deve apenas cobrir o investimento inicial, mas sim gerar uma rentabilidade acima da esperada, agregando valor para a empresa.

Ainda segundo Laponi (2007, p. 101), em um ambiente onde a competição é acirrada, o lucro econômico tende a desaparecer, o VPL dos projetos tende a zero, pois não é possível assegurar e sustentar indefinidamente a criação de valor, os produtos oferecidos no mercado passam a se diferenciar apenas pelo preço e não mais pelos seus próprios atributos e marcas. O que de fato se torna evidente é que esse ciclo do produto obriga a empresa a criar novos produtos, investindo em novas oportunidades de mercado que novamente sofrerão com a concorrência extremamente competitiva, gerando um novo ciclo e conseqüentemente a elaboração de novos projetos.

2.3.1.2 Taxa Interna de Retorno (TIR)

A taxa interna de retorno pode ser estimada junto ao fluxo de caixa elaborado, juntamente a realização do cálculo do VPL. Os valores necessários são os mesmos, mas no caso da TIR sua análise confronta a taxa do custo de capital estimado para o projeto.

Se o valor resultante for maior que a taxa do custo de capital, que representa o custo para aplicação de dinheiro próprio e de terceiros, o projeto poderá ser aceito, pois seu

investimento cobrirá os demais custos e ainda deixará um excedente de retorno, criando valor para o acionista.

Por exemplo, se um investimento tiver uma taxa de custo de capital igual a 10% e a TIR calculada for igual a 12%, o projeto deverá ser aceito devido ao fato do retorno, ou a lucratividade ser maior que o custo.

De acordo com Laponi (2007, p. 110), uma avaliação econômica começa por essas análises das alternativas desenvolvidas e a análise do fluxo de caixa de um projeto, juntamente as premissas utilizadas na construção e na avaliação do $VPL > 0$ e da $TIR > k$ conseguido pelo projeto. Mas em alguns casos pode ser relevante uma análise de risco que identifique algumas estimativas críticas e um maior aprofundamento de cenários extremos. Pode-se afirmar que a decisão será melhor fundamentada dependendo do maior número de informações disponíveis.

2.3.1.3 Índice de Lucratividade

Este índice tem o objetivo de estabelecer a razão entre o valor presente das entradas líquidas de caixa e o investimento inicial de um projeto, ou seja, o IL mede o valor do projeto por unidades de custo inicial na data inicial do fluxo de caixa.

Laponi (2007, p. 216), nos diz que os projetos em que o VPL for positivo a soma dos retornos é maior que o custo inicial, dessa maneira o IL de determinado projeto será maior que um, ou $IL > 1$. Se o VPL for negativo a soma dos presentes dos retornos será menor que um, ou $IL < 1$, e finalmente se o resultado do VPL for igual a zero o IL é equivalente a um.

Fórmula do IL:

$$IL = \frac{FC_1 \times (1+k)^{-1} + FC_2 \times (1+k)^{-2} + \dots + FC_7 \times (1+k)^{-7}}{I} \quad \dots(2)$$

Onde, FC significa o fluxo de caixa, k a taxa de juros do investimento e I o investimento inicial.

A partir destes resultados partimos para a decisão de aceitação ou não do projeto, tendo o índice como referência, nos baseamos em sua utilização para a conclusão. Se $IL > 1$ o projeto deverá ser aceito, se $IL = 1$ poderá até ser aceito dependendo dos outros indicadores e $IL < 1$ não se deve investir, pois apenas quando as entradas líquidas de caixa forem superiores ao investimento inicial é que optamos pela aplicação, nesse caso somente quando o índice de lucratividade for superior a um.

2.3.1.4 Payback Simples (PBS) e Payback Descontado (PBD)

O objetivo em comum do Payback Simples e o Payback Descontado é a análise do prazo de recuperação do capital investido, ou seja, quanto tempo será necessário para recuperar o valor investido inicialmente, mas a sua análise não deve ser feita de forma isolada devido a suas limitações, uma delas sendo a de ignorar os fluxos de caixa depois do período limite determinado.

O PBS é bastante utilizado por pequenas empresas pela facilidade de cálculo e o fato de ser bastante intuitivo. Porém sua utilização é bastante questionada por não considerar o valor do dinheiro no tempo. Para a realização de seu cálculo não é utilizada qualquer taxa de juros e também não se leva em consideração os riscos associados ao projeto, apenas são somados os fluxos de caixa sem a aplicação da taxa.

O Payback, como um todo, tem em seu conceito a finalidade de escolha de um projeto que lhe traga retornos o mais rápido possível, mas nem sempre será o projeto de maior valor agregado ao acionista.

No cálculo do PBD se faz necessário antes da operação para determinação do período de retorno, trazer a valor presente todo o fluxo de caixa do projeto. Ao contrário do PBS, o Descontado considera o valor do dinheiro no tempo, pois em sua realização trazemos a valor presente os fluxos considerando a taxa mínima de atratividade.

Fórmula do PBD para trazer a valor presente:

$$VP = \frac{VF}{(1+i)^n} \quad \dots(3)$$

Onde, VF significa valor futuro, i representa a taxa de juros e n é o número de períodos.

Por suas diversas limitações o Payback deve ser utilizado com uma ferramenta a mais de avaliação como um indicador junto às demais, isoladamente não deve servir como base para a seleção de alternativas de investimentos, existe as suas vantagens, mas como o todo do processo deve ser analisado junto aos outros métodos de avaliação para a melhor decisão e inserção de um novo projeto no mercado.

2.4 Tipos de Projetos

De acordo com Alcântara (1980, p. 33), todo investidor pode ser caracterizado pelo seu maior ou menor grau de aversão ao risco, existindo os neutros em relação ao risco, os avessos ao mesmo e aqueles que preferem o risco a qualquer outra oportunidade com uma maior certeza, estes ditos os amantes do risco.

Baseadas no perfil de cada investidor surgem nesse meio diversas alternativas para se aplicar o capital próprio ou de terceiros, seguindo em primeiro lugar com a identificação do investidor com a oportunidade e em seqüência com a elaboração de projetos que se tornaram mais atrativos ou se fizeram fundamentais para o tomador da decisão. Na maioria das vezes o gerente da organização em conjunto com as demais áreas da empresa, pois aonde investir também decorre dos objetivos traçados pela mesma, chegam a um ou mais resultados de aplicação, sendo oportuna a escolha de um tipo de projeto para se investir.

Conforme Lapponi (2007, p. 9), antes de uma oportunidade de investimento ser aceita temos apenas um projeto descrito de forma completa com suas alternativas, avaliações e recomendações. Mesmo depois de um projeto ser aprovado e executado, ele continuará sendo chamado de projeto até entrar em plena operação quando passará a ser um investimento realizado.

Antes de sua realização, quando ainda chamado de projeto é importante destacar seus tipos e objetivos de acordo com a necessidade de investimento de cada organização. Lapponi (2007, p. 102-106), separou os tipos de projetos desta forma.

2.4.1 Projeto Financeiro

Esses projetos financeiros referem-se à aplicação de dinheiro em ações da bolsa, debêntures de outras empresas, títulos públicos ou privados, entre outros, onde se espera receber retornos monetários futuros (LAPPONI, 2007, p. 106).

Para esses investimentos é necessário um conhecimento aprofundado do mercado, não apenas estar informado sobre a economia que os cerca, mas como também a do mundo todo, pois os fatos ocorridos em outros países afetam diretamente o nosso.

As oscilações que ocorrem no mercado financeiro e econômico o tempo todo fazem com que de um dia para outro o capital aplicado perca sua rentabilidade ou aumente seu valor alcançando lucros. Novamente as informações devem fazer parte do cotidiano da organização,

bem como o acompanhamento das políticas monetárias, fiscal e cambial a fim de proporcionar um melhor gerenciamento da aplicação, pois nesse cenário as movimentações ocorrem de forma rápida, ou obtemos acessos contínuos ao assunto, através de estimativas e percepções, ou o risco da perda de um valor expressivo de capital tende ao seu aumento contínuo no decorrer do tempo.

2.4.2 Projeto Intangível e Projeto Obrigatório

Um projeto intangível é aquele que não trás lucros visíveis em um curto prazo, pois esse se dá no investimento para desenvolvimento de talentos, para a recreação de funcionários, assim como seus treinamentos e desenvolvimentos ou até mesmo na construção de novos ambientes para a empresa. Desta aplicação espera-se que o desembolso gere benefícios futuros para a empresa e seus colaboradores, porque de certa forma faz parte da motivação para um funcionário, e o trabalho bem realizado depende muito disso (LAPPONI, 2007, p. 106).

Já o projeto obrigatório é aquele investimento para atender a exigências derivadas de regulamentos governamentais, acordos sindicais, etc. A empresa neste caso é obrigada a cumprir com certas exigências, seja por questões ambientais ou sociais, para prevenir ou evitar certos fatores. Na maioria das vezes esses projetos não geram receitas, apenas, é claro, da criação de valor quanto à imagem da empresa perante os clientes e concorrentes com a execução da exigência, muitas vezes envolvendo questões no âmbito ecológico e ambiental agregando maior poder de influência sobre os consumidores (LAPPONI, 2007, p. 106).

2.4.3 Projeto Estratégico e Projeto de Substituição

O objetivo do projeto estratégico é a de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e novas tecnologias. Sua visão de mercado parte do pressuposto de que existem novas áreas de oportunidades incluindo a alteração de sua atividade principal, o foco se volta à antecipação diante dos concorrentes, tentando prever o que poderá acontecer futuramente. O risco e a incerteza deste projeto são elevados, pois a chance de ter de mudá-lo ou adiá-lo ao longo do caminho são grandes e essas estimativas

devem ser levadas em consideração na avaliação para decisão de investir ou não (LAPPONI, 2007, p. 105).

Substituição de equipamentos ou instalações fisicamente desgastados por novas e equivalentes unidades é o foco do projeto de substituição. Na grande maioria das vezes identificar uma oportunidade para esse projeto envolve criatividade e inovações tecnológicas, porque nesse caso a decisão pela substituição nem sempre será uma simples troca de um equipamento por outro, e sim o acréscimo de uma mudança com maiores tecnologias, aumento da qualidade, mas também aumento dos custos e possivelmente aumento das receitas da empresa (LAPPONI, 2007, p. 102).

2.4.4 Projeto de Lançamento de Produto

Como o nome já indica, o objetivo deste projeto é o de aumentar as vendas da empresa lançando novos produtos no mercado. Esse lançamento pode ser feito através da inserção de um produto totalmente novo, uma nova linha, uma versão melhor que o anterior ou através da expansão para um novo mercado, em novas áreas geográficas, neste caso com os produtos existentes lançados em outras áreas (LAPPONI, 2007, p. 104-105).

A avaliação deve ser minuciosa envolvendo outras áreas funcionais da empresa, como o Marketing, Finanças, Recursos Humanos e até mesmo a Engenharia, para o desenvolvimento dos produtos e preparação do projeto junto as suas estimativas de custo inicial. A decisão de investimento deverá ser suportada com previsões criteriosas estabelecidas pela pesquisa de mercado, juntamente as demais percepções internas e externas da organização.

2.4.5 Projeto de Expansão e Projeto de Modernização

O projeto de expansão tem como objetivo atender a demanda crescente dos produtos comercializados pela empresa. Esse aumento da demanda pode ter ocorrido de forma natural ou provocado, no entanto a expansão da capacidade produtiva ocasionará o atendimento desta demanda que cresceu ao longo do tempo, sendo imprescindível sua avaliação correta para não deixar de atender determinado público por um mau planejamento e desenvolvimento do

projeto, com previsões criteriosas do crescimento da demanda futura será possível estimar o investimento necessário para atendê-la (LAPPONI, 2007, p. 104).

No caso do projeto de modernização a decisão de investimento está centrada na melhor eficiência produtiva e de comercialização da empresa. É de conhecimento geral que o produto tem seu ciclo de vida, desta forma em seu declínio é possível revigorá-lo a fim de continuar no mercado, sendo esses investimentos buscados neste projeto, talvez melhor do que isso seria o papel de reinvestir em um produto que já esteve em seu auge de vendas e que agora começaria a despencar (LAPPONI, 2007, p. 103).

2.5 Análise de Crédito

Crédito é um conceito presente no dia-a-dia das pessoas e empresas mais do que se pode imaginar, afirma Schrickel (1997, p.11). Segundo o autor, as mesmas estão o tempo todo envolvidas com a questão de combinar os seus recursos finitos com o conjunto de suas imaginações e necessidades infinitas, pois de certa forma existem mais maneiras de se gastar dinheiro do que de ganhá-lo, ou seja, a procura pelo crédito para satisfazer essas necessidades tende a aumentar.

A demanda pela concessão de crédito é mais elevada quando tratamos de empresas de grande porte, porque as pequenas e médias empresas geralmente sofrem com as altas taxas de juros para se financiarem em um longo prazo. Porém de acordo com Silva et al. (2012, p. 3), com a finalidade de suprir essa deficiência o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), possui linhas específicas para essas empresas com créditos de longo prazo e taxas menores com o objetivo do desenvolvimento da economia nacional.

Como o número de investimentos para a expansão, substituição, modernização e até mesmo para a inserção de um novo produto em um novo mercado e a procura por crédito para financiá-los vem aumentando, a análise para concessão ou não deste crédito faz-se ainda mais importante, visando o fato de que uma análise julgada de forma errada é capaz de gerar prejuízos tanto para as empresas quanto para a concedente, a instituição financeira precisa estar embasada em fundamentações precisas e coerentes sobre a organização e tudo que a cerca.

De acordo com Schrickel (1997, p.131), a análise de crédito é um exercício prático que estuda os riscos e antevê os potenciais e problemas que podem ocasionar dificuldades no repagamento do empréstimo e atingir o tomador do mesmo. Ainda segundo o autor, é possível

constatar que não existe análise de crédito certa, porém existe análise de crédito errada, ou ainda, afirmar que não existe crédito mal dado existe crédito mal julgado. Isso de fato acontece pela inexatidão que cerca a análise de crédito, pois seus estudos exigem um contínuo aprimoramento e aprendizado, mas o que realmente é certo é que nunca se saberá tudo sobre crédito.

Azevedo (2011, p.10), afirma que todos aqueles ditos como intermediários financeiros só poderão manter com facilidade ou agilidade a conversão de ativos em caixa se estiverem embasados em uma estrutura administrativa consistente e uma política de crédito bem definida.

Contudo, é imprescindível o estudo de cada caso, pois cada detalhe se torna importante. É de conhecimento do analista de crédito que sempre haverá de se tomar decisões dentro de contextos incertos, em meio a flutuações e mutações do mercado e muitas vezes munidos de informações insuficientes, pois nem sempre é possível obter tudo o que se deseja para aprofundamento de detalhes, o que deve ser levado em conta também é o principal objetivo da análise de crédito em uma instituição financeira

[...] de identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto à capacidade de repagamento do tomador, e fazer recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder, à luz das necessidades financeiras do solicitante, dos riscos identificados e mantendo, adicionalmente, sob perspectiva, a maximização dos resultados da instituição (SCHRICKEL, 1997, p. 25-26).

Sendo assim, conforme Azevedo (2011, p. 2), as operações de crédito devem ser elaboradas de acordo com a política de cada instituição e com base em uma avaliação bem estruturada com a finalidade de suprir as necessidades do tomador e cumprir com o que foi estipulado no contrato entre as partes.

Ainda, segundo Castanheira (2011, s/p), após definidas as estratégias de ação de uma empresa, com o objetivo de aumentar sua competitividade e elaborado seu planejamento financeiro para os próximos anos, ela deverá buscar boas fontes de financiamento para colocar seu plano em prática. Será fundamental, a partir de então a construção de sua base de dados e informações atualizadas para serem analisadas junto à instituição para concessão ou não deste crédito. O ideal, diz a autora, é que as empresas optem por fontes de taxas de juros mais baratas, cujos valores e prazos de pagamentos sejam adequados ao fluxo de caixa de cada empresa. O importante é que os interessados pesquisem para conhecer melhor os detalhes de cada fonte possível de financiamento colaborando, dessa forma, para a identificação da opção que melhor atende as necessidades da empresa.

2.5.1 Técnicas de Análise: Subjetiva e Objetiva

Para a tomada de decisão quanto à concessão ou não do crédito, a instituição cedente do mesmo deverá se valer de todas as informações possíveis sobre seu tomador para o melhor julgamento quanto ao risco da operação, mas para isso é necessário observar duas técnicas eficientes de análise: Subjetiva e Objetiva.

A técnica subjetiva é baseada no julgamento humano, o analista vai procurar saber e analisar através dos documentos solicitados, como anda a reputação da empresa no mercado. Muito do julgamento nesta técnica diz respeito à experiência adquirida e a quantidade de informações disponíveis ao analista.

De acordo com Azevedo (2011, p. 5), nesta técnica o emprestador obtém decisões individuais quanto à concessão ou não do crédito. Segundo ele, os pontos de avaliação conforme a análise subjetiva são os seguintes:

- a) análise documental;
- b) análise de idoneidade;
- c) análise do negócio;
- d) análise contábil e financeira;
- e) análise cadastral.

Através dessas análises específicas o analista é capaz de obter informações mais precisas e minuciosas referente à organização tomadora do crédito, sendo possível identificar qual será a melhor maneira de prosseguir a negociação com seu cliente.

A técnica objetiva é baseada em processos estatísticos com a comparação de dados e informações referente a um longo tempo da empresa. Através de procedimentos matemáticos e suas probabilidades é possível determinar se o cliente possui capacidade financeira de arcar com a dívida, ou se este se tornará inadimplente.

Azevedo (2011, p. 4-5), afirma que em relação às técnicas objetivas o modelo mais eficiente e mais utilizado é o *credit scoring*, que nada mais é que um definidor de probabilidades, auxiliando nos processos decisórios por se adaptar mais facilmente as necessidades das organizações.

Porém Schrickel (1997, p. 176), ressalta que existem diversas ferramentas dentro do processo de análise de crédito e todas visam chegar ao objetivo da melhor decisão possível, mas isto não significa que sempre deva ser usado todo o ferramental disponível. O importante é que todos os elementos fundamentais para cada caso e que efetivamente contribuem para a

formulação da proposta do crédito estejam claramente expostos e descritos no parecer final emitido sobre a concessão ou não do crédito.

2.5.2 C's do Crédito

Ainda baseados nas análises, como forma de aprofundamento das referências utilizadas e as técnicas, existem os C's do crédito, que são cinco aspectos essenciais para a concessão do crédito que serão apresentados a seguir:

- a) caráter: Este aspecto visa identificar a capacidade de pagamento do tomador e a forma como cumpre suas obrigações em outros meios financeiros. O emprestador deve fazer uma seleta pesquisa ou uma investigação sobre os seus antecedentes. Blatt (1999 apud CARVALHO et al., 2010, p. 5), diz que a pergunta chave deste aspecto é: “A pessoa ou empresa tem reputação de honestidade de fazer qualquer esforço para pagar suas obrigações?”;
- b) capacidade: Refere-se à capacidade da empresa em termos financeiros, sobre seu caixa e como são geradas suas rendas e receitas financeiras. Esta capacidade deve ser analisada através de seus indicadores financeiros e sua demonstração contábil. Para Blatt (1999 apud CARVALHO et al., 2010, p. 5), a questão nesta é: “A pessoa ou empresa sabe gerir suas economias e finanças?”;
- c) capital: O capital da empresa deve ser mensurado através de sua situação financeira, comparando suas dívidas com o capital próprio. Faz-se necessário a avaliação de suas fontes econômicas, financeiras e contábeis. Blatt (1999 apud CARVALHO et al., 2010, p. 5), assim afirma que a questão para o capital é: “A estrutura econômica e financeira da empresa ou pessoa é sólida e estável?”;
- d) colateral: Este aspecto diz respeito às garantias em função do não suprimento do capital e da sua capacidade, ocasionando o não pagamento do crédito. De fato as garantias devem ser de qualidades, mas não se deve liberar créditos duvidosos apenas baseados em garantias. A questão chave aqui segundo Blatt (1999 apud CARVALHO et al., 2010, p. 6), é: “Há uma boa segunda fonte de pagamento para o caso da primeira falhar?”;
- e) condições: As condições buscam analisar o meio externo em que a empresa está inserida, a posição em que se encontra no mercado de acordo com seu ramo de atividade, as oscilações e flutuações do ambiente macroeconômico que estão fora

do controle de seus gestores. E dessa forma, de acordo com Blatt (1999 apud CARVALHO et al., 2010, p. 6), a questão formada é: “A economia, o país, o ramo de atividade e a empresa tem perspectivas favoráveis para o período do crédito?”.

2.5.3 O risco das análises

O risco faz parte de qualquer decisão a ser tomada, porém é preciso corrê-lo para chegar à melhor escolha. As pessoas são tomadas o tempo todo por questões que envolvem decisões e escolhas para que possam alcançar os objetivos e metas traçados ao longo do tempo, sendo instigadas a optar por onde seguir constantemente no dia-a-dia, nas questões envolvendo as análises não é diferente, como dizia Albert Camus “A vida é a soma de todas as suas escolhas”, e ainda podemos arriscar em dizer que a escolha da concessão ou não do crédito pode vir a interferir na soma do desenvolvimento em longo prazo de uma empresa.

De acordo com Schrickel (1997, p. 314), não obstante todas as precauções que possam vir a ser tomadas, ou por mais técnica que tenha sido a análise sempre haverá as incertezas e os chamados créditos problema. Segundo o autor a própria instabilidade econômica e a imprevisibilidade conjuntural do país acabam criando situações que não somos capazes de identificar antes que aconteçam. Alguns detalhes fogem até do mais imaginativo cérebro, não sendo possível detectar certos problemas antecipadamente.

Ainda Schrickel (1997, p. 33), faz um questionamento referente aos riscos: “É preciso perder para aprender?”. O autor ressalta que não é de todo infrequente a afirmação de que tanto os bancos, quanto as empresas comerciais, para atingir suas metas de lucros, necessitem arcar também com alguns prejuízos. Com isso ele nos remete a uma história

[...] de um alto executivo de uma instituição financeira, que colocava a questão a seguir aos gerentes de contatos quando de suas visitas de tempos em tempos às agências: *Quanto você perdeu neste semestre?* O gerente de contatos, zeloso e competente, respondia: *Nada, senhor!* A resposta era fulminante e fatal: *Então aplicou pouco!* (SCHRICKEL, 1997, p. 33, grifo do autor).

O sentido refletido da história é exatamente em relação à questão de assumir riscos e perdas investindo e aplicando cada vez mais. Porém, o fato é que as perdas realmente fazem parte dos negócios quando se tratando de investimentos e créditos, mas é possível tentar prevê-las, ou identificar qual oportunidade lhe acarretará o menor risco e o maior ganho de capital. Isso pode ser feito mediante o aperfeiçoamento das técnicas de análise, revisão de

instrumentos e com a possibilidade de contar com profissionais capacitados e eficientes, o que é de fato primordial para uma análise de crédito em uma instituição financeira.

A análise do risco na concessão de um crédito é importante para avaliar a capacidade de pagamento do tomador do mesmo, segundo Maia (2007, p. 29), esta análise e acompanhamento da situação econômico-financeira da empresa são fundamentais para prevenir a inadimplência. A autora ressalta que os responsáveis pelas análises podem encontrar três situações: a primeira é a condição de certeza, que é a de total conhecimento do futuro; a segunda é de incerteza, que consiste no desconhecimento total do futuro; e a terceira é a condição de risco, que é aquela em que o futuro pode ser estimado a partir de dados passados.

Para Blatt (1999, p. 104 apud MAIA, 2007, p. 32), todas as empresas têm de lidar com os clientes problemáticos. Não somente com o pagador lento, perante o qual são necessárias todas as técnicas existentes para assegurar o pagamento, como também com o cliente que está em dificuldades financeiras, e que por este motivo terá empecilhos para efetuar o pagamento. Para isso as organizações necessitam não somente averiguar se o tomador de recursos dispõe de garantias necessárias, mas principalmente reconhecer a capacidade de pagamento no futuro, o qual dirá se ele terá condições de quitação do empréstimo ou não.

Atualmente o nível de inadimplência das empresas vem crescendo se comparado a períodos passados, o que ocasiona maiores preocupações quanto ao risco do crédito. Segundo levantamento da Serasa Experian, a inadimplência das empresas cresceu 1,1% em abril em comparação com o mês passado e 2,7% frente ao mesmo mês de 2013, conforme mostra as tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 - Indicador Serasa Experian de Inadimplência das Empresas – Variação Mensal - Mai./2014.

Mês	PEFIN (1)	REFIN (2)	Protestos	CCF (3)	Geral
Jan./14	1,7%	-4,7%	49,3%	7,0%	11,3%
Fev./14	0,7%	-18,9%	-29,4%	-12,2%	-14,8%
Mar./14	2,6%	0,0%	3,5%	11,4%	3,7%
Abr./14	2,7%	3,1%	-2,5%	0,4%	1,1%

Fonte: Serasa Experian. Indicadores Econômicos. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/inadimplencia-das-empresas/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

A tabela de variação mensal mostra o crescimento de 1,1% do nível de inadimplência das empresas em abril se comparado ao mês de março de 2014.

Tabela 2 - Indicador Serasa Experian de Inadimplência das Empresas - Variação Anual (mês vs. mesmo mês ano anterior) - Mai./2014.

Mês	PEFIN (1)	REFIN (2)	Protestos	CCF (3)	Geral
Jan./14	-2,0%	46,1%	15,4%	-3,9%	11,1%
Fev./14	0,1%	21,5%	11,5%	3,5%	7,6%
Mar./14	1,6%	18,6%	7,7%	-12,1%	3,3%
Abr./14	3,6%	12,9%	-3,8%	-1,5%	2,7%

Fonte: Serasa Experian. Indicadores Econômicos. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/inadimplencia-das-empresas/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

De acordo com os dados da tabela 2 de variação anual o mês de abril obteve um crescimento de 2,7% se comparado ao mesmo mês de 2013, porém esses indicadores já foram maiores em relação aos mesmos meses do ano passado. Segundo a Serasa a inadimplência crescente é resultado da maior dificuldade das empresas em honrarem seus débitos por conta da desaceleração da atividade econômica, da elevação dos custos e das sucessivas elevações das taxas de juros, que aumentam o custo do dinheiro tomado emprestado junto aos bancos.

Dessa forma, é preciso levar em consideração todos esses fatores na tomada de decisão quanto à concessão ou não do crédito, a dificuldade que as organizações vêm enfrentando nos últimos tempos com as frequentes oscilações da economia faz com que as mesmas não sejam capazes de quitar seus débitos, e o aumento do custo do dinheiro emprestado torna esse risco de incapacidade financeira mais elevado. A análise de crédito frente a isso vê seu papel fundamentado às melhores ferramentas de análises, obtenção máxima de informações e critérios mais exigentes de avaliação para que o risco destas operações financeiras não acarrete prejuízos expressivos e que seu relatório conclusivo seja o de menor perda possível para ambas às partes.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os métodos de pesquisa utilizados para obtenção de informações, a população pesquisada, os instrumentos para a coleta de dados e os passos de como foi realizada a análise destes materiais para acarretar o resultado final proposto.

3.1 Delineamento da pesquisa

A pesquisa tem como objetivo identificar a utilização dos métodos de avaliação de investimento nas análises de crédito e os critérios para concessão ou não deste crédito em uma instituição financeira.

O levantamento destes dados tem sua fonte baseada em uma pesquisa Qualitativa, pois segundo Diehl e Tatim (2004, p. 52), os estudos qualitativos podem descrever a interação entre algumas variáveis a fim de compreender e classificar os processos com um nível maior de profundidade e entendimento, o que neste caso se faz fundamental para a identificação do que é proposto no objetivo do trabalho, observar a interação das variáveis e compreender de forma aprofundada os critérios para a análise do crédito.

Essa pesquisa qualitativa se deu de forma exploratória, com a finalidade de uma maior integração com o assunto, sendo feita a partir de um estudo de caso, que ainda de acordo com Diehl e Tatim (2004, p. 61), se caracteriza por um profundo e amplo detalhamento do tema tendo como suas principais vantagens o estímulo a novas descobertas, a ênfase na totalidade pesquisada e a simplicidade nos procedimentos.

3.2 População e amostra

A coleta das informações e dos dados foi realizada em uma instituição financeira localizada em Ibiraiaras - RS, na área de Crédito da mesma com o funcionário responsável pela análise e liberação.

Esta população foi estabelecida devido ao fato de um único responsável ser o detentor das informações necessárias sobre os métodos e procedimentos para as análises de concessão ou não dos créditos na instituição.

3.3 Plano de coleta dos dados

A coleta dos dados, estes ainda primários por se tratar de fontes empíricas onde ocasionou uma pesquisa de campo, foi feita com a aplicação de um instrumento que faz parte da pesquisa qualitativa, a entrevista semi-estruturada. Foi estabelecido um primeiro contato por telefone com o entrevistado, onde o mesmo solicitou que as questões fossem encaminhadas por e-mail, estas questões estão descritas no apêndice A deste trabalho. Com as respostas em mãos foi possível destacar o que ainda estava pendente, dúvidas e informações relevantes e a partir de então foi feito um novo contato por e-mail para maiores esclarecimentos e complementação de algumas questões, as mesmas estão expostas no apêndice B.

Este mecanismo foi estabelecido por proporcionar uma maior abrangência do assunto, podendo ser debatido de forma aberta, com questões que proporcionaram um maior entendimento e aprofundamento do tema.

E ainda, para uma maior fundamentação do assunto, foram utilizadas fontes secundárias através de teorias disponíveis, para agregar informação e conteúdo ao roteiro com o objetivo de ressaltar os tópicos mais importantes sobre o assunto em questão.

A coleta dos dados foi realizada entre os meses de setembro de 2014 e outubro de 2014, período este estabelecido em acordo com a disponibilidade do entrevistado e com o objetivo de um maior aprofundamento de cada questão elaborada.

3.4 Análise dos dados

A análise dos dados qualitativos pode ser feita através de vários instrumentos que possuem o objetivo em comum de identificar os principais temas abordados pelo entrevistado, auxiliar na interpretação dos dados e extrair seus conceitos e significados, dentre estes o que foi utilizado nesta pesquisa é o método de Análise de Conteúdo.

Para que seja possível identificar esses objetivos propostos pela análise é necessário passar pelas etapas estabelecidas de acordo com a teoria específica. Dessa forma foram seguidas as etapas da Análise de Conteúdo segundo Bardin (2006 apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 5), para a definição do resultado final, que se dá início na pré-análise de organização do material. Nesta fase foi feita uma primeira leitura do conteúdo para estabelecer contato com os dados pesquisados, também ocorreu à escolha do que foi analisado, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a determinação de indicadores por meio de recortes de textos nos documentos.

Logo na segunda etapa, de acordo com Bardin (2006 apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 5), veio à fase de exploração do material, que consiste na determinação de categorias e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos. Nesta fase ocorreu um estudo aprofundado do material textual coletado, sendo que se tornam extremamente importantes a codificação, a classificação e a categorização do conteúdo, como base para a riqueza das interpretações juntamente a interação com o referencial teórico.

A terceira e última etapa diz respeito ao tratamento dos resultados e suas interpretações. Ocorreu assim, à condensação e o destaque das informações para análise, sendo o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica para um melhor entendimento do resultado obtido (BARDIN, 2006 apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 5).

Após a conclusão da análise dos materiais coletados e a interação com a teoria disponível, para que fosse possível identificar o que é realizado na prática e o que nos diz o referencial teórico, os dados finais são apresentados em forma de textos relacionados ao que citam os autores e de quadros explicativos para proporcionar um melhor entendimento em relação ao estudo proposto.

3.5 Variáveis

A variável pesquisada neste trabalho é a análise de crédito, que segundo Schrickel (1997, p. 131), é um exercício prático que estuda os riscos e antevê os potenciais e problemas que podem ocasionar dificuldades no repagamento de empréstimos, financiamentos, entre outros, e atingir o tomador deste crédito e sua concedente. Ainda segundo Schrickel (1997, p.13), é possível constatar que não existe análise de crédito certa, porém existe análise de crédito errada, ou ainda, afirmar que não existe crédito mal dado existe crédito mal julgado. Isso de fato acontece pela inexatidão que cerca a análise de crédito, pois seus estudos exigem um contínuo aprimoramento e aprendizado.

O processo operacional para uma análise de crédito consiste em diversos fatores que devem ser levados em conta no decorrer da avaliação. Para a tomada de decisão quanto à concessão ou não do crédito é necessário se valer de todas as informações possíveis sobre a tomadora do mesmo, para isso a instituição financeira faz a utilização de duas técnicas eficientes de análise, a Subjetiva e a Objetiva.

Para um maior embasamento da avaliação existem cinco aspectos essenciais que devem ser observados da tomadora, sendo ditos os C's do crédito que são: Caráter, Capacidade, Capital, Colateral e Condições. Porém sabemos que na prática nem todos esses métodos são considerados, até porque existem situações distintas e casos que não se faz necessário, o próprio autor Schrickel (1997, p. 176), salienta que nem sempre deve ser usado todo o ferramental disponível e que o importante é que todos os elementos fundamentais para cada caso estejam claramente expostos e descritos no parecer final sobre a concessão ou não do crédito.

4 ANÁLISE DOS DADOS

No capítulo que segue, são apresentados os dados coletados com o responsável pelo setor na instituição financeira pesquisada, juntamente a análise realizada sobre os mesmos, suas interpretações, características e a junção com a teoria para um amplo esclarecimento sobre o que é feito na prática e o que dizem os autores conforme os objetivos que foram propostos no estudo.

4.1 Caracterização das instituições financeiras do município de Ibiraiaras - RS

O ambiente de estudo que este trabalho buscou analisar é dentro do contexto de uma instituição financeira localizada no município de Ibiraiaras – Rio Grande do Sul. De acordo com o Censo 2010, a cidade apresenta uma área territorial de 300,650 km² e conta com uma população de 7.171 habitantes (IBGE, 2014). Ainda de acordo com o IBGE (2014), em relação às finanças públicas da cidade, no ano de 2009, último ano do levantamento feito, as despesas com investimento eram o equivalente a R\$ 733.133,67, e com obras e instalações R\$ 406.070,83.

Em relação às instituições financeiras, a cidade conta com uma agência do Banco do Brasil, uma agência do Banrisul, a Crehnor, sistema de cooperativismo de crédito e o Sicredi, cooperativa de crédito, as quais todas possuem em seus serviços oferecidos sistemas de crédito para auxiliar, tanto pessoa física quanto jurídica, na concessão de empréstimos e financiamentos.

O Banco do Brasil disponibiliza diversas modalidades do Crédito Direto ao Consumidor (CDC), de acordo com as necessidades de cada cliente, entre elas estão o BB Crédito Automático, BB Crediário, BB Crédito Benefício, BB Crédito Pronto entre outros (BANCO DO BRASIL, 2014).

O Banrisul oferece a seus clientes Linhas de Crédito Empresarial, para que as empresas aproveitem as oportunidades de negócio, Linhas de Crédito Banricompras, com maiores diversidades para quem vende com Banricompras, Financiamentos de Longo Prazo, para a realização de investimentos, Crédito Imobiliário e Linhas Agronegócio, incentivando a ampliação das produções rurais das empresas agrícolas (BANRISUL, 2014).

O sistema da Crehnor objetiva atender as demandas de crédito que não possuem acesso ao sistema de crédito convencional. Também é destinado às microempresas, à economia solidária, à agricultura familiar e aos profissionais registrados como Microempreendedores Individuais (MEI). Os recursos financeiros são garantidos pelo Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e Empresa de Pequeno Porte (CREHNOR, 2014).

A cooperativa de crédito Sicredi garante ao associado limites de crédito de acordo com o perfil de cada um, com taxas pré ou pós-fixadas, e também disponibiliza seus serviços de acordo com as necessidades do solicitante. Alguns dos créditos disponíveis são o Rural, para Comercialização, de Investimento, Crédito Pessoal, Construção e Reforma, Capital de Giro, Cheque Empresarial entre outros (SICREDI, 2014).

Dentro deste ambiente, instituições e crédito, foi realizada a análise a qual se propôs este trabalho, sendo que das citadas acima apenas uma foi pesquisada, a qual solicitou a não identificação do respondente e a preservação do nome da instituição em sigilo.

4.2 Análise da entrevista

Para compreensão e identificação do que foi proposto pelo trabalho, foi elaborado um roteiro com os principais aspectos sobre o tema com o objetivo de extrair para as questões aplicadas ao entrevistado o máximo de informações relevantes possíveis, visando um questionamento que atendesse o interesse principal do estudo.

A primeira pesquisa realizada teve seu foco voltado para a análise de crédito, estabelecendo assim, de que forma é realizada na instituição em questão, seus passos e mecanismos utilizados. Entendido seu funcionamento, a pesquisa seguinte foi voltada para a avaliação de investimento dentro deste contexto.

4.2.1 Análise de crédito na instituição pesquisada

Através da pesquisa realizada em uma instituição financeira da cidade de Ibiraiaras – RS, com o responsável pelas análises da mesma, foi possível detectar os procedimentos estabelecidos no processo de análise, os passos para o relatório conclusivo e a importância destas etapas para a chegada da melhor decisão possível.

De acordo com o entrevistado, conceder crédito é confiar ao cliente valores ou bens por meio da promessa do cumprimento futuro desta obrigação, sendo, assim, é imprescindível que se busque trabalhar com o máximo de informações possível para garantir maior probabilidade de retorno do que fora emprestado. Essas análises, baseadas em dados fundamentados e não em hipóteses, funcionam como importante ferramenta no combate a inadimplência. Ainda ele destaca os três aspectos fundamentais que pressupõe o crédito:

- Confiança: Expressa na promessa de pagamento;
- Tempo: Espaço entre a formalização e a liquidação da dívida (fluxo);
- Recursos: Fontes para honrar o compromisso.

A fim de garantir a rentabilidade nos negócios com relativa segurança, segundo Maia (2007, p. 15), os bancos definem linhas de orientação que norteiam o processo de decidir sobre a colocação desses depósitos no mercado, definidas como políticas de crédito, que são constituídas por alguns aspectos relevantes, sendo eles: a administração do crédito, a administração da carteira de ativos, os créditos de risco, os limites de crédito, as garantias dos empréstimos, sua estruturação e documentação.

Conforme afirmação de Azevedo (2011, p. 2), as operações de crédito devem ser elaboradas de acordo com a política de cada instituição e com base em uma avaliação bem estruturada com a finalidade de suprir as necessidades do tomador e cumprir com o que foi estipulado no contrato entre as partes.

Em relação aos procedimentos adotados pela instituição, o entrevistado salienta a busca pelo maior número de informações baseadas nos conceitos dos C's do crédito para embasar decisões mais precisas. Os C's do crédito já citados anteriormente, foram descritos como os cinco aspectos essenciais para a concessão do crédito e definidos por Blatt (1999 apud CARVALHO et al., 2010, p. 5-6), como sendo o Caráter, Capacidade, Capital, Colateral e Condições. Ainda acrescentado a instituição está o C' do Conglomerado, que se refere aos grupos econômicos do qual os clientes, pessoa física ou pessoa jurídica participam, devendo ser avaliado nos mesmos moldes dos demais.

Além do detalhamento dos C's do crédito é necessário avaliar os dados da proposta de cada cliente, com os produtos, prazos, taxas e valores solicitados, e ser feita a análise da conformidade do requerido com a finalidade da proposta.

Na prática, segundo o analista responsável, o processo envolve inúmeras pessoas que fazem parte do todo da análise. A proposta inicia-se na unidade de atendimento onde o gerente ou assistente de negócio prospecta o negócio, após a mesma passa por um comitê interno da unidade onde participam o gerente da unidade, gerente administrativo e gerente de carteira para debater a viabilidade da proposta e se for deferida a mesma é encaminhada via sistema para o analista realizar a análise técnica observando todos os itens da política de crédito da instituição, feito isto, a proposta passa por um comitê regional onde se reúnem diretores, presidente, recuperador de crédito, analistas e assessores de crédito para debater a propostas e aprovar ou reprovar se necessário.

Na figura 1 está representado o processo de análise no seu todo, envolvendo todas as áreas da instituição que participam desta decisão, conforme descrito pelo responsável.

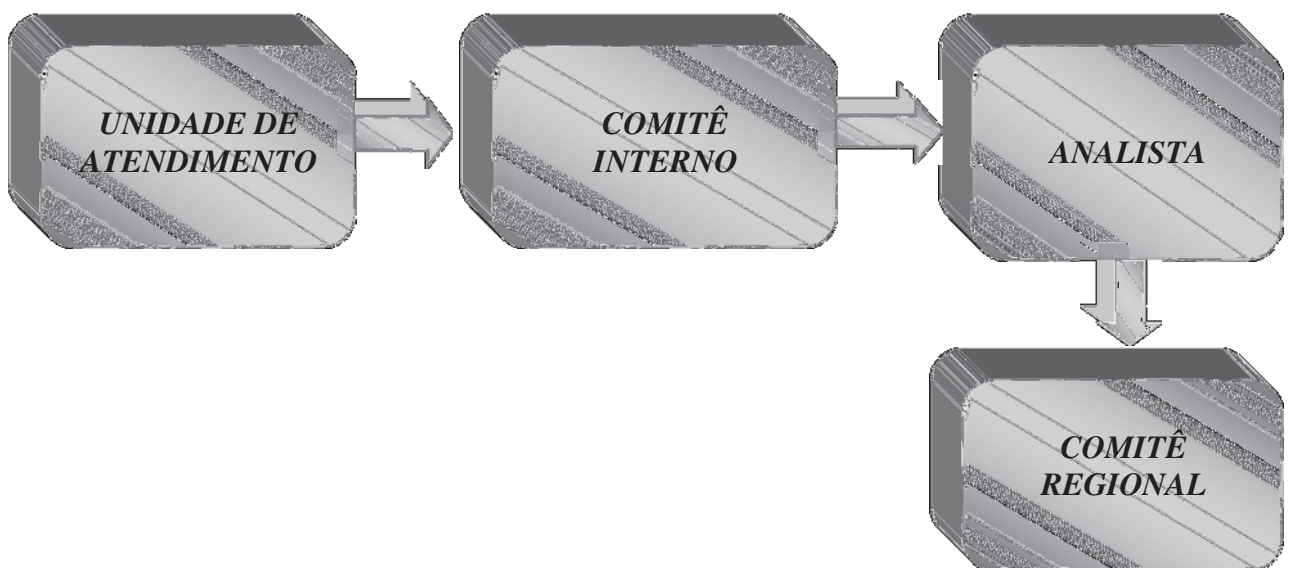


Figura 1 – Participantes do processo de análise
Fonte: Dados obtidos pelo pesquisador

Depois de passar pela Unidade de Atendimento e pelo Comitê Interno, o Analista de crédito recebe a proposta em um sistema de esteira, contendo todas as informações cadastrais e financeiras dos envolvidos na proposta, além do parecer da proposta, o qual é efetuado pelo colaborador solicitante do crédito, onde o mesmo explica para qual finalidade é o crédito e

procura mencionar os pontos fortes do cliente e demonstrar sua capacidade de pagamento e viabilidade da operação para que consiga convencer e dar maiores esclarecimentos para os analistas.

Após a realização da análise dos dados da proposta e a finalidade do crédito os analistas precisam responder algumas perguntas a respeito da viabilidade do crédito, pois de acordo com Maia (2007, p. 24), o banco deverá estar atento as diversas variáveis relacionadas aos riscos do cliente e da operação. O passado do tomador, a viabilidade do empreendimento e a capacidade de pagamento são informações necessárias para a instituição a fim de que a definição do crédito acarrete na maximização das receitas ou na minimização das perdas.

Segundo o entrevistado, na instituição estas variáveis referentes à viabilidade do crédito, o passado do tomador e a capacidade de pagamento são identificadas através das análises descritas abaixo.

- a) Análise patrimonial: Se realiza a análise de todo o patrimônio do proponente, sendo esta pessoa jurídica é feita a análise patrimonial da empresa e de seus sócios, bem como se verifica se os mesmos já estão comprometidos em garantia com outras operações de crédito;
- b) Capacidade de pagamento: A capacidade de pagamento é identificada através do cruzamento de diversas informações, tais como endividamento total, valor solicitado e rendimentos declarados e comprovados;
- c) Análise mercadológica: O estudo de cada setor no mercado ajuda a visualizar a situação em que se encontra no momento o proponente dentro do setor que está inserido e quais as perspectivas de futuro para o mesmo;
- d) Relacionamento e Gestão: Procura-se avaliar o tempo de relacionamento, a tradição de crédito, a reciprocidade e como é a gestão dos negócios do solicitante do crédito;

Além disso, como cita o analista, o crédito, antes de tudo, é um exercício de bom senso, que deverá estar aliado a uma análise fria e criteriosa das informações disponíveis e seu garantidor, tais como: informações cadastrais, situação econômico-financeira, caráter, vínculo empregatício, conhecimento do ramo de negócios e capacidade, avaliados de acordo com o quadro 2.

Informações / Pareceres / Garantidores			
<i>Histórico do cliente</i>	<i>Finalidade</i>	<i>Prazo</i>	<i>Experiência anterior</i>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comentários gerais sobre o trabalho; ✓ Tempo de empresa; ✓ Cargo que ocupa; ✓ Renda mensal; ✓ Caráter; ✓ Situação patrimonial (bens, dívidas, etc.); ✓ Impressão pessoal; ✓ Outras informações relevantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qual é a finalidade do crédito? ✓ É razoável e fundamentada? 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O prazo está compatível com os meios de pagamento? ✓ Qual é a fonte de recurso que irá pagar os compromissos? 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ É cliente antigo? ✓ Valores operados no passado; ✓ Pontualidade nos compromissos; ✓ Periodicidade.

Quadro 2 – Informações/Pareceres/Garantidores
Fonte: Dados concedidos pelo entrevistado

Nas questões referentes à maneira de obtenção dos dados sobre o cliente, foi citado o sistema, o qual a instituição possui, integrado com outros sistemas de consultas de restritivos, tais como Serasa, Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou até mesmo restritivos internos, como, por exemplo, atrasos de parcelas, cartões, entre outros. No momento da solicitação do crédito ou da liberação havendo algum impedimento ao cliente, automaticamente não será possível fazer a liberação, proporcionando assim uma grande segurança nessas operações.

Através do sistema interno da instituição e o sistema do Banco Central, segundo o responsável, é possível verificar se o cliente já possui um relacionamento de crédito em outra instituição, qual a modalidade e seus vencimentos.

Também é obrigatório em toda operação a certidão negativa de débitos relativa a tributos federais, emitida através da Receita Federal, assim como as negativas do INSS, de tributos municipais e consultas de processos em sites do tribunal de justiça.

O entrevistado ainda salienta que no caso desta instituição os clientes possuem cotas de capital, a qual se faz o levantamento do valor também através do sistema interno, o mesmo utilizado para identificar movimentações financeiras e créditos.

Após a identificação e análise de todas as informações, de acordo com os processos citados acima, o analista se encaminha para o parecer final, através de suas considerações ele se posiciona a favor ou contra o crédito e argumenta sua decisão baseado nas respostas que obteve. Schrickel (1997, p. 176), destaca que o importante nesta etapa é que cada caso esteja com seus elementos fundamentais e que contribuíssem para a formulação da proposta, claramente expostos e descritos no parecer final emitido sobre a concessão ou não do crédito.

Ainda, de acordo com o entrevistado, é possível pedir a revisão da proposta caso ela não esteja clara ou se algum item não estiver de acordo com as políticas de crédito da

instituição. Também se pode solicitar uma visita ao cliente para que se obtenha um melhor conhecimento do negócio do solicitante, ou até mesmo no caso de pessoa jurídica para que se entenda de forma mais aprofundada os dados financeiros e os dados contábeis declarados pela empresa, como o Balanço e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Quanto à frequência das análises o entrevistado relata que independente de seus valores, as propostas devem passar pelo mesmo processo de avaliação e decisão, pelos comitês onde se analisa todos os C's do crédito e pela verificação de viabilidade da mesma, dessa forma, devido ao grande fluxo de propostas, a frequência de análises é diária na instituição.

A importância da realização de análises de crédito em instituições financeiras vai além de simples formalidade, uma vez que se deve considerar os riscos de crédito inerentes a cada proposta formalizada, o analista ressalta que cada vez mais a técnica substitui o “achismo” e a objetividade ocupa o seu espaço. A experiência e a sensibilidade dos profissionais da área são fundamentais para potencializar esta objetividade.

4.2.2 Análise de investimento para concessão de crédito na instituição

O segundo passo desta pesquisa se propôs a identificar a utilização dos métodos de avaliação de investimento nas análises de crédito. Dessa forma, depois de estabelecidos os passos e o processo de crédito na instituição foram elaborados novos questionamentos voltados para este contexto a fim de aprofundar o assunto com o entrevistado.

Como nos afirma Falcini (1995, p. 16-17), existem algumas circunstâncias que obrigam a estimativa do valor de uma empresa ou a avaliação da compra de algum ativo. Entretanto para que seja estimado de forma correta, com a menor margem de erro possível é de fundamental importância a informação nos processos de análise. Alimentados com o maior nível e qualidade de informações relevantes sobre a empresa é possível ter uma melhor antecipação, com maior precisão sobre o valor econômico da empresa e suas ações.

De acordo com o analista entrevistado, nessa instituição ainda não se faz o uso das ferramentas de avaliação, como o cálculo do VPL, TIR e Payback, que conforme Lapponi (2007, p. 110), as premissas utilizadas na construção do $VPL > 0$ e da $TIR > k$ conseguido pelo projeto devem ser analisadas juntamente as demais alternativas e informações. O analista, diante da carência desta avaliação tem seu julgamento favorável a sua utilização já que as mesmas são de extrema importância para a análise da viabilidade dos investimentos,

retorno sobre o capital investido e o prazo de recuperação do capital, os quais auxiliariam na decisão de concessão e na definição dos prazos mais adequados para o crédito solicitado.

Segundo ele, principalmente as organizações deveriam realizar esta avaliação antes da solicitação do crédito, pois são as empresas que necessitam da concessão para realizar o investimento, e cabe a instituição se deter na capacidade de pagamento e no fluxo de caixa das mesmas.

A antecipação dos resultados, através da avaliação de investimentos faz com que as empresas obtenham respostas sobre os investimentos antes da tomada de decisão, informando os retornos ao longo do tempo e se haverá compensação da aplicação do capital no determinado período (LAPPONI, 2007, p. 10).

O entrevistado acredita que realizar a avaliação de investimento antes de financiar o projeto ajuda a convencer o comitê interno, porém salienta que não adianta ter um projeto maravilhoso no papel e com ótimos indicadores de viabilidade se a empresa vem operando com prejuízos, sem gerar caixa, apresentando alto nível de comprometimento, histórico de crédito desfavorável e sem as garantias reais. É necessário que a empresa se encontre em condições favoráveis em acordo com um excelente projeto de viabilidade para que a instituição financeira aprove o crédito.

Souza (2001, p. 90), destaca que as instituições financeiras procuram, cada vez mais, selecionar projetos que sejam capazes de receber o apoio financeiro, elas acabam buscando a segurança e todas as garantias possíveis para aplicar seus recursos, os empreendimentos que tenham a possibilidade real de proporcionar o retorno do capital e dos rendimentos terá seu crédito aprovado. Ainda salienta que as empresas devem adequar seus projetos aos parâmetros solicitados pela instituição, para atender as exigências dos financiadores do projeto. Quando essas exigências já são de conhecimento da organização é de fundamental importância o aperfeiçoamento dos métodos e critérios de elaboração dos projetos tornando-os compatíveis com o grau exigido pela instituição.

O ideal nesta relação, empresa e instituição, é que ambas busquem o máximo de informações reais em cada caso, de um lado cabe a empresa a elaboração de um excelente projeto que atenda as características e especificações das instituições financeiras e uma avaliação que expresse a realidade da mesma, do outro a instituição visando garantias e segurança para o financiamento do projeto, a qual associa um grande número de indicadores e informações aos resultados da análise já realizada pela organização, onde os mesmos em acordo com a real situação vivenciada ocasionarão um parecer favorável ao crédito.

O entrevistado afirma que não se valer do uso desses indicadores torna o processo de análise na instituição mais fragilizado e acrescenta um risco maior nas decisões, pois abrir mão de um maior número de informações, sendo estas reais, os deixa a cerca de menores garantias e segurança nas operações. Ele também acrescenta a importância da avaliação dos projetos citando a aposta que é feita sobre o investimento ser viável da instituição juntamente a empresa. Sem a junção e o cruzamento das informações, essa aposta se torna arriscada.

Na verdade para que uma organização trabalhe voltada para o conceito de criação de valor para a empresa, é necessário, segundo Helfert (2000, p. 29), um modelo financeiro que demonstre uma interligação de variáveis-chave para manter o objetivo final, a geração de valor mediante fluxos de caixa positivos com o passar do tempo. Adquirir segurança sobre essas variáveis é fundamental para administrar, com sucesso e a longo prazo, as tomadas de decisões sobre os investimentos, operações e financiamentos, visando à geração de valor econômico e atendendo as expectativas dos acionistas ou proprietários da empresa.

Em um mundo em desenvolvimento e crescimento acelerado, não se aperfeiçoar e não fazer o uso dos métodos e técnicas disponíveis, com o objetivo de correr menos riscos, se torna um ato falho se pensarmos em todas as tecnologias que hoje nos cercam. É preciso pensar à frente dos concorrentes, se antecipar nas conclusões e buscar ferramentas que auxiliem nas tomadas de decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de identificar a utilização dos métodos de avaliação de investimento nas análises de crédito e os critérios para concessão do mesmo na instituição financeira pesquisada, o estudo constatou que o ferramental utilizado baseia-se na política de crédito da instituição em acordo com o que prezam os gestores e a disponibilidade das informações requeridas conforme apontam os C's do crédito. Em relação à avaliação de investimento os mesmos não fazem o uso destes métodos e não solicitam a apresentação de um projeto de investimento, apesar de julgarem necessário e de extrema importância para a instituição em se tratando de inadimplência e risco das operações.

Ao realizar a pesquisa que se propôs este trabalho foi possível constatar a importância deste tema abordado, tanto para as organizações quanto para a instituição em si, e identificar a deficiência que ainda cerca as análises na obtenção de informações e conseqüentemente no aumento do risco no crédito.

Com o intuito de um maior aprofundamento das técnicas e métodos foi feita a exposição, ao longo do trabalho, das principais ferramentas utilizadas na avaliação de investimento, sendo elas o cálculo do VPL, TIR, Índice de Lucratividade e Payback Simples e Descontado. A ideia proposta é que as empresas realizem a avaliação de seus projetos de investimento antes da solicitação do crédito na instituição, para que esses projetos se tornem reais são necessárias boas fontes de financiamento e dessa forma um bom projeto tornaria o processo de concessão facilitado.

Relacionado aos critérios relevantes para a decisão final do crédito é importante destacar que a instituição faz o uso de algumas ferramentas próprias, seu sistema interno é capaz de captar, em relação aos clientes, informações das operações realizadas por eles além de suas cotas de capital. Todas as informações levantadas são baseadas nos conceitos dos C's do crédito, que são o Caráter, Capacidade, Capital, Colateral, Condições e Conglomerado.

O processo de análise na instituição envolve inúmeras pessoas, onde a proposta se inicia na unidade de atendimento, passando por um comitê interno, sendo encaminhada para o

analista e por fim passando por um comitê regional. Os passos são de ordem estabelecida pela instituição respeitando suas políticas, e de acordo com a análise de toda a documentação e respeitando os itens citados pelo entrevistado o analista se encaminha para o parecer final.

A limitação encontrada no trabalho diz respeito à avaliação de investimento nas análises nessa instituição, pois a mesma não se utiliza das ferramentas em seus critérios de concessão ou não do crédito. De acordo com o analista entrevistado eles não fazem o uso dos cálculos de VPL, TIR, Índice de Lucratividade e Payback Simples ou Descontado, e também não solicitam aos clientes os projetos de investimentos elaborados por eles. Segundo o mesmo, um projeto bem elaborado e que represente estimativas reais da situação em que se encontra uma organização ajudaria no processo de análise e convenceria com maior facilidade o comitê interno.

Identificado este gargalo no todo do processo é possível aperfeiçoar as técnicas já utilizadas e implementar medidas que auxiliem ainda mais os analistas e os demais envolvidos no parecer final da proposta. O aumento do número de empresas que se tornam inadimplentes e que muitas vezes não tem conhecimento da própria situação financeira, torna o risco elevado na concessão e ocasiona um ambiente desconhecido. Como apontam os autores, o segredo das análises de crédito é o maior número de informação possível, pois não existe uma análise certa, mas existe aquela que será errada, como também não existe um crédito mal dado e sim um crédito mal julgado.

A partir de então, baseada no resultado obtido com a pesquisa, como sugestão para um melhoramento da gestão das carteiras de crédito na instituição, seria possível realizar um estudo que considerasse a utilização dos projetos de investimentos das empresas na solicitação de fontes de financiamento com o intuito de avaliar e confirmar se no caso desta instituição estes mecanismos tornariam o processo menos falho e facilitado para ambas as partes interessadas.

O estudo a qual se propôs este trabalho mostrou – se relevante, uma vez que identificou os critérios necessários para a concessão de crédito e com uma limitação encontrada ao longo do caminho, quanto a não utilização da avaliação de investimento, foi capaz de abrir novos horizontes para a instituição, onde os mesmos julgaram importante e um meio facilitador no caso de seu uso, tanto quanto para as empresas, acarretando a percepção da busca constante pelo aperfeiçoamento e do surgimento de novas propostas de mercado. É necessário optar conviver e se adaptar nesse mundo globalizado, com tantos avanços tecnológicos, fazendo o uso do que de melhor ele nos proporciona em prol do crescimento e desenvolvimento de nossas organizações.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, José C. G. **O modelo de avaliação de ativos**. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, p. 31-41, jul/set. 1980.
- ANHAIA, Artur V. G. de. **Os riscos sobre investimentos do mercado financeiro brasileiro**. 2006. Dissertação (Pós - graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- AZEVEDO, Luis F. W. de. **Análise de Crédito à Pessoa Jurídica por uma Instituição Financeira**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/credito-artigos/analise-de-credito-a-pessoa-juridica-por-uma-instituicao-financeira-5467840.html>>. Acesso: 16 mai. 2014.
- BANCO DO BRASIL. **Crédito**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/home24,116,2057,1,1,1,1.bb?codigoMenu=172>>. Acesso em: 08/10/2014.
- BANRISUL. **Crédito**. Disponível em: <<http://www.banrisul.com.br/>>. Acesso em: 08/10/2014.
- BARBOSA, Fernando H. de. **O sistema financeiro brasileiro**. Disponível em: <www.fgv.br/professor/fholanda/Arquivo/Sistfin.pdf>. Acesso: 13 mai. 2014.
- BRAGA, Wagner Lara; ALBERTO, José Guilherme Chaves. **Cooperativa de Crédito: Características e Implantação**. Revista Percurso Acadêmico, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 69-83, jan/jun. 2011.
- BUCHANAN, Leigh; O'CONNELL, Andrew. **Uma breve história da tomada de decisão**. Harvard Business Review, Estados Unidos, janeiro, 2006.
- CARVALHO, Hilton B. M. de. et al. **Análise e Concessão de Crédito para Pessoa Jurídica: indicadores econômico-financeiros e modelo de solvência aplicado num estudo de caso**. Revista de Administração da Fatea, v. 3, n. 3, p. 2-107, jan./dez., 2010.
- CASTANHEIRA, Dariane R. F. **Quais as principais fontes de crédito para pequenas empresas?** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/quais-as-principais-fontes-de-credito-para-pequenas-empresas>>. Acesso em: 21 mai. 2014.
- CREHNOR. **Microcrédito**. Disponível em: <http://www.crehnor.com.br/?page=produtoseservicos&sub_page=microcredito>. Acesso em: 08/10/2014.
- DAMODARAN, Aswath. **Avaliação de Investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2005.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FALCINI, Primo. **Avaliação econômica de empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HELPERT, Erich A. **Técnicas de Análise Financeira**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430990&search=rio-grande-do-sullibiraieras>>. Acesso em: 08/10/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Finanças Públicas**.

Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430990&idtema=71&search=rio-grande-do-sullibiraieras|financas-publicas-2009>>. Acesso em: 08/10/2014.

KOSLOVSKI, João Paulo. **2012, O Ano das Cooperativas**. Disponível em:

<<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/artigo-assinado/90208-2012-foi-escolhido-pela-onu-para-ser-o-ano-internacional-das-cooperativas>>. Acesso em: 05 set. 2014.

LAPPONI, Juan Carlos. **Projetos de Investimento na Empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LEMOS, Maurício Rodrigues Alves de. et al. **Cooperativas de crédito: uma nova opção no mercado financeiro**. In: Congresso Internacional de Administração, Ponta Grossa, 2007.

MAIA, Andréa S. R. S. **Inadimplência e Recuperação de Créditos**. 2007. Trabalho de conclusão de curso – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Londrina.

MENEZES, José Salvino de. **Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito: reflexões sobre o futuro do setor**. Disponível em: <<http://www.bancoob.com.br/dia-internacional-do-cooperativismo-de-credito-reflexoes-sobre-o-futuro-do-setor>>. Acesso em: 08 set. 2014.

MOZZATO, Anelise R.; GRZYBOVSKI, Denize. **Análise de Conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: Potencial e Desafios**. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 3. ed. ver. e atual. São Paulo: Atlas, 1997.

SICREDI. **Crédito**. Disponível em:

<<http://www.sicredi.com.br/websitesicredi/sicredi/psmlId/9?selectedMenuItemId=80&timemilis=1412795044846&psmlToBack=14&menuId=17&paneSelected=2&psmlToBack=14&idxMaxNavHistory=1>>. Acesso em: 08/10/2014.

SILVA, Sergio R. da. et al. **Concessão e Análise de Crédito para Pequenas e Médias Empresas: Estudo de Caso em uma Empresa do Setor de Pescados**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, IX, Rio de Janeiro, 2012. Anais

Eletrônicos... Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<<http://www.aedb.br/seget/artigos12/31516307.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

SOUZA, Acilon Batista de. **Análise de projetos de investimento para concessão de crédito:** Ponto de vista do agente financeiro. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 4, n. 1, p. 89 – 119, 2001.

VIEIRA, José Augusto Gomes; PEREIRA, Heider Felipe Silva; PEREIRA, Wilton Ney do Amaral. **Histórico do Sistema Financeiro Nacional.** Revista Científica da FAEX, Extrema, v. 2, n. 1, p. 146 - 162, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ENTREVISTA PARTE I

Eu, ANAKELLY FRANCESCATTO, aluna do curso de Administração na Universidade de Passo Fundo, estou realizando meu estágio supervisionado a fim de identificar a utilização dos métodos de avaliação de investimento nas análises de crédito e quais são os critérios para concessão ou não deste crédito na instituição financeira. Para tanto, solicito sua contribuição respondendo as perguntas que seguem. Comprometo-me a não identificar os respondentes e a preservar o nome da instituição em sigilo.

ENTREVISTA EXPLORATÓRIA I:

1. Como se dá a análise de crédito em sua instituição?
2. Que pessoas fazem parte deste processo de análise?
3. Com que frequência acontece à análise de crédito?
4. Como a inadimplência dos clientes é verificada para a liberação?
5. De que forma o histórico do cliente é estabelecido?
6. Como as movimentações financeiras dos clientes são identificadas?
7. De que forma é feito o levantamento do tamanho das cotas de capital?
8. O tempo de relacionamento do cliente com a instituição pode interferir no processo?

9. Como é feito o levantamento de débitos com o SPC e Serasa?
10. E os débitos com outras instituições do município como são identificados?
11. Como é feito o levantamento dos débitos com a Receita Federal?

APÊNDICE
APÊNDICE B – ENTREVISTA PARTE II

Eu, ANAKELLY FRANCESCATTO, aluna do curso de Administração na Universidade de Passo Fundo, estou realizando meu estágio supervisionado a fim de identificar a utilização dos métodos de avaliação de investimento nas análises de crédito e quais são os critérios para concessão ou não deste crédito em uma instituição financeira. Para tanto, solicito sua contribuição respondendo as perguntas que seguem. Comprometo-me a não identificar os respondentes e a preservar o nome da instituição em sigilo.

ENTREVISTA EXPLORATÓRIA II:

1. As ferramentas de avaliação de investimentos, os cálculos que estabelecem o VPL, TIR e Payback são utilizados para a análise de crédito? Se sim, de que forma?
2. Qual a associação dessas ferramentas na análise?
3. Qual a importância para a instituição a utilização dos indicadores de avaliação de investimento pelos clientes, no caso empresas, antes da solicitação do crédito?
4. Se as organizações realizassem a análise de investimento antes de financiar seus projetos, tornaria o processo de concessão de crédito facilitado para a instituição?